

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 01/Nov



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2078/2018



DISTRITO FEDERAL: Há 11 meses sem auxílio-alimentação, vigilantes do TJDFT protestam



Muitos trabalhadores da empresa Multserv dizem estar recorrendo a bicos para complementar a renda

Vigilantes da empresa Multserv fizeram um protesto nesta quarta-feira (31/10) para cobrar o pagamento do auxílio-alimentação retroativo devido aos trabalhadores. Os funcionários, que ocupam postos de vigilância no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), se reuniram em um estacionamento ao lado da sede da Corte para cobrar o cumprimento de sentença do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a qual determina a quitação dos valores.

A categoria alega que, com o julgamento do dissídio coletivo finalizado, determinando o pagamento de cláusulas contidas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), os trabalhadores continuam sem receber o benefício. Segundo o Sindicato dos Vigilantes do DF, o calote já dura 11 meses.

No alto de um carro de som, o deputado distrital Chico Vigilante (PT) cobrou da Multserv o acerto dos pagamentos. “Nós queremos que seja respeitada a decisão do TRT. Quem não cumpre decisão judicial, principalmente de alimentos, deveria ir para a cadeia”, reclamou o parlamentar.

Informalidade

Sem o auxílio para comprar comida, muitos vigilantes estão recorrendo a “bicos”, conforme mostrou o Metrôpoles. Uma das colaboradoras da empresa diz estar há sete meses sem o benefício. Segundo informou a trabalhadora, o benefício tíquete não teria sido repassado durante o período de férias. Para ela, a situação mais grave é dos que trabalham durante os cinco dias da semana, na escala 5 por 2, e não conseguem arrumar uma renda extra.

Um dos funcionários, sob condição de anonimato, devido ao medo de uma possível retaliação da empresa, diz ter recorrido a “bicos” para complementar a renda de casa. Ele afirmou trabalhar como serralheiro aos fins de semana, pois o dinheiro faz muita falta dentro de casa. “É uma renda a mais. É dele [do tíquete-alimentação] que sai a comida da minha família. Prejudica muito no fim do mês”, desabafa.

O Metrôpoles entrou em contato com o escritório de advocacia que defende a empresa, mas foi informado de que só se pronunciariam após autorização do dono da Multserv. Até a publicação desta reportagem, a empresa não havia se manifestado

Fonte: Metrôpoles

MATO GROSSO: Direitos dos vigilantes: Pátio decide, finalmente, cumprir a lei e pagar periculosidade



Decisão de Pátio foi anunciada na manhã de ontem, durante reunião no gabinete do prefeito que contou com a presença de vários vigilantes e de uma comissão de vereadores – Foto: Matusalém Teixeira

O prefeito José Carlos do Pátio (SD) decidiu, finalmente, pagar o adicional de periculosidade para os Agentes de Vigilância, que são trabalhadores que exercem suas atividades expostos a riscos à saúde e integridade física.

O pagamento do direito é previsto pela lei federal 12.740, de dezembro de 2012, que diz textualmente que fazem jus ao mesmo os trabalhadores que exercem “atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial”, mas o gestor municipal se recusou a pagar os valores a mais até que uma empresa contratada pela prefeitura realizasse uma perícia em todos os locais de trabalho dos vigilantes, para então emitir um laudo que comprovasse a legitimidade do pagamento do adicional.

A decisão de Pátio foi anunciada na manhã de ontem (29), durante reunião no gabinete do

prefeito que contou com a presença de vários vigilantes e de uma comissão de vereadores.

O prefeito garantiu aos trabalhadores que os mesmos passarão a receber o adicional de periculosidade ainda este mês, no próximo dia 10, e que para isso será feita uma folha de pagamento adicional. “Temos trabalhado para os nossos servidores e sempre com o foco de corrigir injustiças”, declarou ao final reunião.

Como os trabalhadores têm direito ao adicional desde o final de 2012, representantes da categoria ajuizaram uma ação na Justiça cobrando o pagamento do mesmo, tendo tido ganho de causa.

Ainda assim, a prefeitura recorreu da decisão, mas novamente foi derrotada. No entanto, antes de cumprir a decisão judicial, foi contratada uma empresa para elaborar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), que acompanhada de uma comissão formada por servidores e representantes da administração, visitaram todos os vigilantes em seus locais de trabalho para pretensamente verificar se os

profissionais realmente estavam expostos a riscos.

Agora, com a conclusão de todos os laudos, a prefeitura finalmente irá começar a pagar os direitos desses trabalhadores. “O trabalho foi feito atendendo a todos os princípios da legislação para não deixar qualquer dúvida”, explicou o secretário de Gestão de Pessoas, Argemiro Ferreira.

Segundo o representante dos trabalhadores, o vigilante Luiz Mauro de Oliveira, a decisão do prefeito de finalmente pagar a periculosidade é uma vitória para a categoria. “Foi tão difícil chegar a esse dia, que nós só vamos acreditar mesmo quando o nosso dinheiro for depositado na nossa conta. Só vamos considerar que o nosso direito estiver sacramentado após começarmos a receber a periculosidade, mas a partir disso, nenhum prefeito que entrar vai poder questionar esse nosso direito. Isso para nós é mais que uma vitória, é uma grande conquista de direitos”, afirmou.

Ainda segundo Luiz Mauro, a perícia feita pela empresa contratada pela prefeitura, apesar de ter adiado o início do recebimento da insalubridade por parte dos vigilantes, teve o lado positivo de identificar funcionários da municipalidade que já recebiam os valores sem de fato ter o direito, que deixarão de receber os valores, gerando economia para os cofres públicos.

A reunião também contou com a presença dos vereadores Batista da Coder (SD), Juary Miranda (SD) e Sílvio Negri (PCdoB).

O pagamento do adicional por periculosidade para vigilantes patrimoniais, como é o caso dos vigilantes do Município, é assegurado por lei desde 2012 e prevê o pagamento de um adicional de 30% sobre os salários-base desses profissionais, por conta do risco à sua segurança durante o trabalho.

Fonte: A Tribuna

ESPIRITO SANTO: Outubro Rosa: Atividade de Conscientização para Trabalhadoras



Orientações sobre prevenção ao câncer de mama, sorteio de brindes, brincadeiras para a garotada se divertir. Assim aconteceu o encerramento do Outubro Rosa no Sindseg-GV/

ES no último sábado, dia 27. O evento reuniu trabalhadoras das empresas de vigilância e do Sindseg-GV/ES.

Fonte: SINDSEG ES

AGORA É A VEZ DOS HOMENS!

Objetivos do Novembro Azul



Além de conscientizar a respeito do diagnóstico precoce do câncer de próstata e outras doenças comuns em homens, o Novembro Azul também veio com a ideia

quebrar o preconceito que muitos homens têm em relação ao exame de toque.

O exame, que envolve a palpação da próstata pelo reto (porção final do intestino grosso), é alvo de muitas piadas entre os homens, que costumam fazer uma alusão ao sexo anal.

Por conta dos estereótipos da sociedade, muitos pensam que jamais deveriam ter o ânus tocado e muito menos penetrado, mesmo que por um bom motivo.

Assim, a campanha do Novembro Azul vêm justamente para quebrar esse preconceito e mostrar que compartilhar informações e levantar o tema são medidas necessárias.

QUEM SE AMA, SE PREVINE!

Fonte: Ministério da Saúde

Pente-fino no INSS: governo corta um benefício a cada duas perícias

Programa de revisão começou em 2016. Ao todo, neste período, foram feitas 1,1 milhão de perícias, o que levou ao cancelamento de 552 mil benefícios concedidos irregularmente.

A cada duas pessoas que passaram por perícia no pente-fino do INSS, uma teve o benefício por incapacidade cancelado, informou ao G1 o Ministério do Desenvolvimento Social.

O pente-fino do INSS começou em 2016 com as perícias nos auxílios-doença e nas aposentadoria por invalidez.

Ao todo, até 25 de outubro, foram realizadas 1,1 milhão de perícias, com o corte de 552,1 mil auxílios-doença e aposentadorias por invalidez mantidos de forma irregular (veja na tabela mais abaixo).

Ao todo, o pente-fino cancelou 686,2 mil benefícios por incapacidade, já que também houve cortes em razão de convocados não terem comparecido à perícia e de outras situações, como morte ou decisões judiciais.

“As pessoas que tiveram os benefícios

cancelados não passavam por perícia há mais de dois anos e tiveram a condição de retornar ao trabalho confirmada pela revisão médica. Cancelar pagamentos indevidos representa economia para a Previdência”, disse ao G1 o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Betrame.

Pente-fino do INSS

Perícias até 25/10/18 1.124.789

Benefícios cortados após perícias

552.124

| | | | |
|-----------------------|-----------------|------------|------------|
| Benefícios | cortados | por | não |
| comparecimento | 73.722 | | |

Benefícios cortados por outros motivos

60.378

Total: 686.224

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

Lucro do Itaú chega a R\$19,255 bi nos nove meses de 2018

Banco aumenta receita com a cobrança de serviços bancários



O Banco Itaú obteve um Lucro Líquido Recorrente de R\$ 19,255 bilhões nos nove primeiros meses de 2018, com crescimento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2017 e de 1,1% no trimestre. A rentabilidade (retorno sobre o Patrimônio Líquido médio anualizado – ROE) permaneceu estável em doze meses, ficando em 21,7%.

O menor custo do crédito e as maiores receitas com prestação de serviços foram os principais componentes que contribuíram para o desempenho.

A receita com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceu 7,7% em doze meses, totalizando R\$ 28,4 bilhões. O montante foi mais do que suficiente para cobrir as despesas de pessoal (R\$ 17,6 bilhões). “Somente com estas receitas secundárias, o banco conseguiu cobrir 161,58% das despesas que tem com

os trabalhadores. É bom frisar que o valor destas receitas é ínfimo perto do que o banco fatura com as demais operações comerciais”, explicou o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e coordenador da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú, Jair Alves. “Com tamanho lucro, o banco tem todas as condições para atender as reivindicações dos trabalhadores e melhorar a PLR, a PCR e outras verbas e tornar melhor a vida de seus funcionários”, ressaltou o dirigente da Contraf-CUT.

Emprego e postos de atendimento

A holding encerrou junho de 2018 com 87.070 empregados no país, com abertura de 4.669 novos postos de trabalho em doze meses, sendo 926 no trimestre. Segundo o banco, a expansão do quadro de funcionários deve-se à aquisição das operações de varejo do Citibank no Brasil (com 2.897 trabalhadores) e as contratações de consultores de seguros na rede de agências, além da maior contratação na área de tecnologia, visando acelerar o processo de transformação digital. No período, o saldo foi de 8 agências físicas e 17 agências digitais abertas (que somaram 3.531 e 173 unidades, respectivamente, em setembro de 2018). Entretanto, ao se considerar que 71 agências físicas do Citibank foram incorporadas ao grupo, o saldo, de fato, é de 63 agências físicas fechadas em doze meses.

Carteira

A carteira de crédito do banco apresentou crescimento de 10,6% em doze meses e 2,1% no trimestre, atingindo R\$ 636,4 bilhões. As operações com pessoas físicas (PF) cresceram 11,2% em relação a setembro de 2017, chegando a R\$ 199,1 bilhões, com destaque para cartão de crédito, que cresceu 20,1% e crédito pessoal, com alta de 11,6%. Já as operações com pessoas jurídicas (PJ) no país somaram R\$ 171,2 bilhões, com alta de 5,6%. O crescimento no segmento de grandes empresas foi de 0,7%, devido à baixa demanda por crédito no longo prazo.

Na América Latina, a carteira de crédito cresceu 26,5% em doze meses. O índice de inadimplência superior a 90 dias apresentou redução de 0,3 pontos percentuais no período, ficando em, apenas, 3,5%, desconsiderando-se a América Latina. Diante disso, as despesas com provisão para devedores duvidosos (PDD) caíram 22,6%, totalizando R\$ 11,250 bilhões.

Veja abaixo a tabela resumo dos dados do balanço elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Fonte: Contraf-CUT

| Itens | (R\$ milhões) | | |
|--|---------------|------------|-----------|
| | 9meses2018 | 9meses2017 | Variação |
| Ativos Totais | 1.613.162 | 1.466.000 | 10,0% |
| Carteira de Crédito | 636.428 | 575.184 | 10,6% |
| Patrimônio Líquido | 125.035 | 123.631 | 1,1% |
| Rentabilidade (LL/PL) | 21,7% | 21,7% | - |
| Lucro Líquido Recorrente | 19.255 | 18.599 | 3,5% |
| Receita com as Operações de Crédito | 57.096 | 55.565 | 2,8% |
| Despesas com Captação no Mercado | 49.020 | 48.855 | 0,3% |
| Rec. Prest. Serviços + Rendas de Tarifas (RPS) | 28.360 | 26.339 | 7,7% |
| Despesa de Pessoal + PLR | 17.552 | 16.302 | 7,7% |
| Cobertura (RPS/DP) | 161,58% | 161,57% | 0,01 p.p. |
| Resultado antes da Tributação e Contribuições | 21.377 | 27.212 | -21,4% |
| Impostos e Contribuições | -2.241 | -8.908 | 74,8% |
| Taxa de Inadimplência - Brasil (90 dias) | 3,5% | 3,8% | -0,3 p.p. |
| Despesas de PDD | -11.250 | -14.544 | -22,6% |
| Índice de Basileia | 14,8% | 14,6% | 0,2 p.p. |
| Agências Físicas | 3.531 | 3.523 | 8 |
| Agências Digitais | 173 | 156 | 17 |
| Número de Empregados - Brasil | 87.070 | 82.401 | 4.669 |
| Número de Empregados - Total | 100.756 | 96.326 | 4.430 |

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco Itaú (3º trimestre de 2018).

Elaborado pela Rede Bancários – DIEESE.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF